

## ERA UMA VEZ ... UMA MATA

Maria Helena Ochi Flexor<sup>1</sup>

**RESUMO:** *Busca-se desmentir a idéia preconcebida de que foram os portugueses que “desmataram” o litoral brasileiro, acrescentando historicamente os cuidados que tiveram as autoridades, anteriores ao século XX, na manutenção da Mata Atlântica e, mostrando que essa devastação foi feita, na verdade, dos anos 1990 em diante.*

**Palavras-chave:** Devastação da Mata Atlântica; Cadastramento de espécies; Cuidados e usos da mata

Toma-se, para estudo, embora sucinto, um trecho da costa que, desde os anos 1980, foi dividida em zonas turísticas, com base exclusiva no que sobrou, ou desapareceu, da natureza, como Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa dos Descobrimentos e Costa das Baleias, no Sul da Bahia. Esse trecho está situado abaixo da cidade do Salvador e se estende até o Norte do Espírito Santo. Até muito pouco tempo, por causa dos problemas de acesso, quer por mar, quer por terra, eram os trechos mais atrasados do litoral baiano. O que instigou a iniciar esta pesquisa foram as afirmações abaixo, bastante difundidas, quer na Internet, quer entre muitos estudiosos:

Em 1500, quando uma árvore foi cortada para montar a cruz da Primeira Missa, rezada no Brasil, começou o processo de destruição da Mata Atlântica ([www.tomdamata.org.br](http://www.tomdamata.org.br), 2004).

O início da destruição da Mata Atlântica data da chegada dos portugueses em 1500 ... A relação do colonizador com a floresta e seus recursos foi, desde sua origem, predatória ([www.rma.org.br/mataatlantica/historia](http://www.rma.org.br/mataatlantica/historia), 2004).

Nos primeiros 10 anos de colonização, uma grande parte da Mata Atlântica já tinha sido desfigurada ([www.tomdamata.org.br](http://www.tomdamata.org.br), 2006).

E, pior, a revista “Ciência Hoje” ([www2.uol.com.br/cienciahoje](http://www2.uol.com.br/cienciahoje), 2004) repetiu:

... Em 1500, quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, a floresta ocupava cerca de 1.300.000 km<sup>2</sup>. Hoje só restam aproximadamente 6% de sua extensão original. Mas não pense que a devastação é recente! A destruição da mata começou com a exploração do pau-brasil, que foi a primeira riqueza encontrada pelos europeus em nossas terras.

Todos os documentos contemporâneos, que se teve oportunidade de ler, quer impressos, eletrônicos, condenam o que chamam a “ação predadora dos colonizadores” portugueses, o que dá uma visão unilateral e brasileira da história. Nenhum desses textos fala sobre a ação positiva inversa dos portugueses, que introduziram no Brasil, além de espécies animais, muitas variedades vegetais, como o arroz, cana-de-açúcar, amora, bananas, cacau, cravo, pimentas, canela, coentro, salsa, cebolinha, alecrim, arruda, frutas cítricas, fruta-pão, batata, tomate, inhame, feijões, jaca, manga, mamona, café, eucalipto, pinheiros, etc. etc e muitas madeiras. Trouxeram, inclusive, o coqueiro, cujo fruto, por muito tempo, foi chamado de “coco-da-bahia”, tanto essa planta esteve vinculada à paisagem baiana. Veio da Índia, via Canárias. A

---

<sup>1</sup> Professora Doutora em História Social pela USP, Professora Emérita da Universidade Federal da Bahia, Professora do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na Pós-Graduação, e de História, Cidade e Urbanismo na Graduação em História/Patrimônio. E-mail: [mariamf@ucsal.br](mailto:mariamf@ucsal.br).

transplantação de espécimes vegetais, de uma possessão à outra, foi uma prática contínua dos lusitanos. Pesquisas recentes mostram que apenas um terço das espécies da Mata Atlântica, por exemplo, é endêmico.

É bem verdade que, por longo tempo, Portugal explorou madeiras, como o pau-brasil para tingir tecidos, mas é verdade também que, de longa data, a Índia produzia pigmento vermelho, a laca<sup>2</sup>, muito mais rentável e eficiente que o pau-brasil. Outras madeiras foram levadas para a construção de embarcações, mesmo porque Portugal era o senhor dos mares e do comércio marítimo e, junto com os italianos, interessados no transporte e comercialização de produtos do Oriente, para alimentar e vestir a Europa que, de 1400 a 1700 aproximadamente, passou por um esfriamento, impossibilitando o trabalho agrícola ou a criação de animais.

Quem lê as afirmações acima, fica com a impressão que, a partir de 1500, o Brasil já possuía uma “indústria” extrativa contínua para abastecimento do mercado europeu. É preciso redimensionar essas generalizações. Faltavam mão-de-obra, estradas, ferramentas e instalações portuárias. E o monopólio regulava a extração.

A visão capitalista liberal, e cada vez mais generalizadora, que se tem da história brasileira, vem distorcendo muito os fatos, pois, Portugal só se interessou de verdade pelo Brasil a partir dos meados do século XVIII, quando o comércio da Índia não tinha mais serventia e a Europa se recuperava de um longo período de escassez, por causa das geleiras. E a Itália já se mostrava o grande expoente, não só comercial, mas também cultural/artístico-renascentista, quase barroca.

Além de refletir muito, sobre a possibilidade de ter uma outra visão da história, é preciso pensar, também, sobre o olhar que os europeus tinham da América, que contraria a consagrada postura de Sérgio Buarque de Holanda, da “Visão do Paraíso”, ou dos historiadores capitalistas ou socialistas, de um Brasil como uma inesgotável fonte de “riquezas” (?), seguidamente espoliado.

Atente-se para a visão do outro lado do Oceano, que até explica a forma de pensar, ainda hoje, do brasileiro, como sendo sempre o explorado. O eurocentrismo, criado e alimentado por mais de duzentos anos, foi responsável por essa forma de sentir. Existia, a partir do século XVII, o que Berenice Cavalcante (RAYNAL, 1998, p. 11-12) chamou de “clima de opinião”, com um universo de indagações, que tinha respostas nem sempre coincidentes, mas que usavam uma lógica comum. Desde o século anterior, os doutores da Europa acentuaram a incapacidade e inferioridade, não só do homem, mas também da flora e da fauna, do clima e da terra americanos do Novo Mundo (Novo Orbe)<sup>3</sup>. Esse “clima de opinião” explica, também, porque os portugueses só se voltaram para o Brasil tardiamente.

Desde Gonçalo Fernández de Oviedo (1526, 1535), atingindo a época de Georg Wilhelm Hegel (1820-1830), se discutiam as peculiaridades do Novo Mundo, assinalando, sobretudo, suas diferenças com a Europa. Hegel, ainda nos princípios do oitocentos, considerava a América como um “continente imaturo, ou impotente, ou ainda ‘inferior’ ao Velho Mundo” (GERBI, 1996, p. 15).

Para Gerbi (p. 17, 56, 78), os selvagens foram vilipendiados, denegridos, ou ridicularizados, até por autores estranhos às polêmicas. No cômputo geral, os indígenas, ou nativos das Américas, foram degradados mental, física e moralmente pelos filósofos, especialmente pelos enciclopedistas. E à generalização associou-se uma qualificação pejorativa. A própria antítese básica, Velho Mundo “versus” Novo Mundo, raiz de todas as demais antíteses isoladas, nasceu dessa polêmica.

<sup>2</sup> Chamada pelos ingleses loc, passou a designar a técnica de revestimento de objetos.

<sup>3</sup> A grande maioria dos escritos, ou teses, dizia respeito à América castelhana e inglesa. Raynal, no livro nono da “Histoire philosophique et politique des établissements et de commerce des européens dans les deux Indes” (1770) foi dos poucos que tratou, especificamente, do Brasil.

E os filósofos iam mais longe. Jacques-Pierre Brissot de Warville (1754-1793), tendo notícias de que na América não existiam cidades “capitais, excrescências monstruosas, profetizava que nunca haverá na América grandes cidades”. Previa que a população se multiplicaria, mas permaneceria dispersa, formando uma espécie de imensa cidade-jardim em que se manteriam intactas as antigas virtudes dos agricultores. E acrescentava que, ainda que houvessem 200 milhões de homens na América, todos poderiam ser proprietários, seriam livres e independentes (IDEM, p. 450).

Em conseqüência desses pensamentos, nos meados do setecentos, houve uma forte discussão, inclusive aqui na Bahia<sup>4</sup>, devido aos boatos que corriam na Europa acerca das terras da América. Dizia a “voz corrente” que as terras eram muito fracas, que o superpovoamento poderia causar falta de alimentos. Rebatiam outros que seria a “mayor felicidad de qualquer Republica” ter muitos povoadores, sendo, segundo as informações, apregoadas no Reino de França, em 1756, por um político anônimo, o discurso, com o título “Amigo dos homens”, que falava sobre positividade da instalação de estranhos nos territórios em processo de povoamento.

Se o “clima de opinião” e a “voz corrente”, na Europa, tinham um outro olhar das Américas – e se referiam as Américas mais ricas e com sociedades mais civilizadas, como a inglesa e a castelhana -, imagine-se o que pensavam sobre a América portuguesa! Com base nessas inúmeras teses, que eram discutidas nas diversas Academias européias, especialmente, as francesas, e que impregnou os americanos do Centro-Sul, com um auto-olhar negativo, perguntase: será que a lendária “riqueza” brasileira e os “ciclos econômicos” mantêm-se com bases históricas sustentáveis se se der vez e crédito a essas teorias eurocêntricas?

Mesmo com uma visão tão negativa da terra, flora, fauna e homens americanos, não quer dizer, no entanto, que as matas do Brasil permanecessem intactas. A história da região enfocada mostra que os cuidados com a conservação da natureza vêm desde tempos mais remotos. Foi a agricultura que, primeiro começou a substituir as florestas, mas, por outro lado, sabe-se que a lavoura extensiva foi tardia no Brasil, especialmente no Sul da Bahia.

Realmente, no século XVIII, a lavoura, na região Sul da Bahia, estava muito atrasada, portanto a devastação, no período, ainda não chamava a atenção. Foi o que deduziu Ouvidor de Ilhéus, Baltazar da Silva Lisboa, pelo fato de, em 1745, a cobrança dos dízimos ter sido arrematada por um preço muito insignificante. Os jesuítas já estavam mais de século na região, porém, eles não pagavam dízimos, mas, segundo o Ouvidor, isso não mudava nada, pois os habitantes se contentavam com os mariscos dos mangues, peixes de rios e do mar e a caça de inverno. Dizia, ainda, que os índios não queriam largar sua nudez e se contentavam com os guisados, camarões, mariscos, quiabos, carurus e muitas outras plantas nativas e que saboreavam o peixe apenas com limão e pimenta e “nenhum outro adubo”<sup>5</sup> europeu. As Câmaras não se prestavam a melhorar as coisas, porque eram compostas por homens iguais aos índios. Mas, dizia que os habitantes de Camamu, no fim do século XVIII, já colhiam café, além da farinha de mandioca, arroz e faziam aguardente, formando esta a principal atividade da lavoura e “indústria”.

A partir de 1770, a agricultura estava melhorando, especialmente em Cairu, Camamu, Marau e Rio de Contas, quando se começou a plantar arroz de Veneza, e da terra, gênero que, só em Cairu, rendeu o envio para Salvador, de oitenta mil cruzados. O povo se empregava na cultura desse arroz, no principio com grande excesso e, no fim do século XVIII, plantava café e já tinha iniciado a cultura do cacau e canela. Previa-se que, logo, poderiam cultivar em abundância as especiarias asiáticas.

<sup>4</sup> Em discussão sobre a manutenção dos brancos, misturados aos índios, na criação da Vila de Abrantes, na antiga Aldeia jesuítica do Espírito Santo do Ipitanga, na região metropolitana de Salvador, em 1758.

<sup>5</sup> Tempero.

Há indícios de que o cacau foi introduzido, em 1746, em Canavieiras e daí se estendeu, em 1752, para outras regiões. Mas, então, a maior atividade dos habitantes era a extração de madeiras, não só para navios, como para edifícios de Salvador, Recôncavo e “carradas para caixões de açúcar”, de que faziam contínuo transporte por mar. Em Camamu propagaram a mandioca, mas, dizia Silva Lisboa, que seu antecessor os constrangeu a plantar café, para o qual o terreno era próprio, exportando cinco mil arrobas, esperando que continuasse a aumentar, porque estava fazendo crescer o número de famílias do local e acabando com a miséria. “Os Governadores da Bahia obrigarão á plantação da Mandioca, e o Desembargador Francisco Nunes da Costa obrigou á do Caffé: e disto rezultou o aumento do paiz”. Promoveu-se, também, a cultura do cacau. Especialmente o cacau dava muito bem na região “que até nas Matas se encontra abundantemente o Cacau Silvestre”.

Os habitantes de Marau tinham plantações de mandioca e cana para aguardente. No Rio de Contas avançavam na plantação de mandioca, ultrapassando as demais vilas. Em compensação, já tinham destruído de sete a oito léguas de madeiras de construção, que existiam nas margens do rio, e só não destruíram mais por causa das cachoeiras que não permitiam a navegação sem risco. As outras vilas e regiões não tiveram o mesmo destino, faltavam meios. Algumas acharam outras alternativas. A natureza do terreno, por exemplo, não favoreceu a plantação de mandioca em Boipeba, mas seus moradores começaram a catar zimbo nas praias para mandar para a Costa da África<sup>6</sup>. Consta, a essa altura, que Ilhéus era a mais pobre e miserável de todas as vilas.

Deve-se ressaltar que D. Maria I incentivou largamente a plantação de mandioca<sup>7</sup> com vistas, inclusive, introduzi-la em Portugal, em substituição ao pão. No intuito de aumentar o plantio da mandioca, por Ordem Real, foi pedido aos ouvidores das Comarcas que demandassem, a cada Câmara, que determinasse aos lavradores a quantia de covas de mandioca que deviam plantar, de acordo com o número de escravos que possuíssem. Como exemplo, tem-se, a Vila de Cairu. Em 1786, a Câmara listava 884.000 covas para um total de 635 escravos, incumbindo inspetores para cada uma das 7 parcelas em que foram divididas as propriedades<sup>8</sup>.

Desde, então, se estava atento à situação das matas. Em 1778, o vigário da vila de Camamu, Marcelino Francisco de Mello, comunicava a D. Maria I o prejuízo que resultaria a breve devastação que se estava fazendo nas matas daquela vila. Baltazar da Silva Lisboa, por sua vez, falando do desmatamento de Cairu, cobrou da Corte medidas, baseando-se nos exemplos dos regulamentos franceses que, desde 1318, controlavam o corte das madeiras, e que, com as sucessivas proibições, constantemente proibiam os cortes indiscriminados.

Promovia-se, então, a nova política de repovoamento do Brasil. Dentro dessa nova política, foi iniciada uma grande campanha de proteção às matas, já em extinção no litoral. Por Carta Régia, de 12 de julho de 1799, o Regente D. João estabelecia um Regimento dos Reais Cortes de Madeiras, de um lado, devido o interesse que nelas havia para a Real Marinha e Marinha Mercantil, mas, sobretudo, porque a ambição dos habitantes, sob o pretexto de desenvolver suas lavouras, tinha assolado e destruído preciosas matas. Achava o Regente que, se não tomasse providências enérgicas, as matas ficariam, em pouco tempo, sem poder fornecer madeiras para construção, apesar de ter tantas. Nessa época, as matas já ficavam distantes dos portos de embarque.

Criou-se, com o Regimento, os cargos de Juiz Conservador dos Cortes de Madeira e cargos para outros funcionários, como administrador, escrivão, almoxarife das Comarcas de

<sup>6</sup> Servia de moeda naquele continente.

<sup>7</sup> Desde 1701, um Alvará Real estabelecia que se deveria fazer lavoura de mandioca como base fundamental de sustentação dos povos.

<sup>8</sup> Constata-se, pela lista, que a maioria possuía entre 1 e 5 escravos, destacando-se desses o capitão Antonio Gonçalves, com 25 escravos (obrigado a plantar 35.000 covas, na média de 1.500 por indivíduo), por exemplo. 13 entre os 187 lavradores listados eram pretos ou pardos forros, tendo, inclusive seus próprios escravos.

Ilhéus e Alagoas. Na mesma oportunidade, declarava-se propriedade da Coroa todas as matas e arvoredos das bordas da costa, ou rios que desembocassem no mar, ou por onde jangadas pudessem conduzir madeiras cortadas até a praia, proibindo-se dar essas terras em sesmaria e, quando possível, deviam as já doadas reverter para a Coroa. Fazia parte dessa reserva, especialmente a Comarca de Ilhéus. Não se falava de Valença e Camamu ou Porto Seguro, mas documentos seguintes mostram que essa ação se estendeu até elas e mais para o Sul.

Os proprietários deviam manter-se restritos às suas capoeiras, às terras lavradas e todas as “costaneiras das matas”, usando-se madeiras que, na demarcação, se julgassem impróprias para construção. Somente os engenhos podiam usar as madeiras, mas deviam, também, conservar aquelas próprias para construção. As terras devolutas não podiam ser mais convertidas em sesmarias. Para comércio permitia-se cortar as que não estivessem protegidas pela Coroa, mas deviam ser submetidas à inspeção do Juiz Conservador. Proibia-se a retirada de pau-brasil.

O Juiz Conservador foi encarregado de fazer o “tombo”<sup>9</sup> das matas, em livro especial e levantando mapas, indicando aquelas, cujo corte era proibido, demarcando as propriedades dos particulares, tudo supervisionado pelo Governador e Capitão General da Capitania da Bahia. As madeiras para embarcações podiam somente ser retiradas se vendidas para os Reais Reais. Deviam todas ter a marca R e outra marca do local, ou de onde foram extraídas, e todas numeradas, relacionadas em lista ou mapa de exportação.

O Regimento para os cortes de madeiras causou logo reação. Chegavam ao Capitão General, em Salvador, algumas observações sobre o Regimento. Entre elas dizia-se que a proibição dos cortes, junto às águas, fatalmente causaria a decadência da agricultura. Refletiam sobre o trabalho insano que teriam os lavradores que ficassem com a cultura restrita às capoeiras. A única coisa que podiam plantar era mandioca, mas esta estava, nas capoeiras, sujeita às formigas. Sugeriam que as matas só fossem conservadas nas terras devolutas. Garantiam que os proprietários tinham interesse em conservar as suas matas para sua própria sobrevivência.

Cairu foi sede da Junta Conservadora das Matas. Baltazar da Silva Lisboa, que inicialmente instalara-se em Ilhéus, mudou-se para aquela vila e dizia, ao contrário do testemunho já descrito acima, que

... os portugueses que com eles (índios) vivem longe de os instruírem e civilizarem, foram os que lhes introduziram muitos vícios que não tinham: eles se ocupam em tirar madeiras, e plantar mandioca e café, estando as matas de construção de que se enriquecia destruídas nas suas margens légua e meia e em partes duas e três.

E, acrescentava que, junto a esse povo, havia um clérigo

... que só pela Coroa parece sacerdote, chamado Joaquim Francisco Malta, dissoluto, altivo, vingativo e orgulhoso, muito perigoso naquela povoação. Tendo herdado grandioso patrimônio, edificou nas suas libidinosas dissoluções, ocupa-se em tirar madeiras, porém desobediente às determinações dirigidas à conservação das matas, provoca aos seus vizinhos a mesma obediência, e até introduzindo idéias que podem para diante produzir fatais conseqüências.

Era apenas um exemplo. O Juiz Conservador aconselhava, então, ao Rei tirá-lo da vila. Para o Ouvidor, Cairu tinha sido

... murada pela natureza com as mais preciosas matas de madeira de construção, do rio Jequiriçá até Pinaré, não só para constituir a riqueza nacional, mas para

<sup>9</sup> Levantamento e registro. Todo esse material está publicado.

levar a nação à condição de ter poder e glória e uma respeitável marinha mercantil e de guerra, mas foram abandonadas nas mãos dos habitantes que, sem freio algum, queimaram e destruíram as mesmas matas em duas, três, quatro e mais léguas em redor dos portos de embarque.

Baltazar da Silva Lisboa, a sua custa, “tombou”, isto é registrou, para Sua Majestade, todas as matas, desde o rio Aquí até Canavieiras, e queria incluir as matas das margens do Rio de Belmonte para que não fossem destruídas. Repetia as proibições do Regimento e recomendava que se introduzisse a cultura do trigo, cultura tão útil e “menos destructiva das Mattas”, assim como a plantação do café, do cacau, canela e que a Corte premiasse aquele que se distinguisse nessas culturas<sup>10</sup>.

Porém, passado algum tempo, foram atendidas algumas solicitações da população. Com um documento, de 8 de agosto de 1800, o Príncipe Regente, através do Governador D. Fernando José de Portugal, comunicara ao Ouvidor da Comarca de Ilhéus, as modificações feitas no Regimento dos Reais Cortes, esperando que terminassem as queixas dos habitantes, o que abria um flanco para a continuidade do desmatamento. Permitia-se que avançassem para além das capoeiras.

O gado apareceu tardiamente. De qualquer forma, a introdução do gado na região mudou as suas feições, especialmente porque foram incrementadas novas culturas agrícolas, especialmente a do arroz, que aumentou e, só na vila de Cairu, rendeu para o dízimo de 1782, a quantia de quatro mil e duzentos alqueires. Por outro lado, como o gado fora introduzido, a partir do Rio São Francisco, abriu caminho para o sertão, iniciando a sua devastação.

As culturas do café e do cacau coexistiram por algum tempo, mas resultou a preferência pelo cacau, especialmente devido à facilidade relativa de sua cultura, que exigia menos mão-de-obra e menos esforços no plantio e colheita. Começada a cultura mais extensiva do cacau, em 1780, foi-se arrastando sem grande desenvolvimento a exploração agrícola, de tal modo que em 1836 não havia plantações importantes. Na realidade, só em 1847, o cacau começou a desenvolver-se e se aconselhava a sua plantação, por ser de “grande interesse e fácil preparo”. A primeira estatística, mostrando a exportação do cacau, data de 1834, com 447 sacas de 60 quilos, e com tendência a progredir. Pelo que se sabe, a presença do elemento negro, cuja influência só começou a se fazer sentir por volta de 1757, teria contribuído muito para esse desenvolvimento. A introdução dos negros, em maior número na região, se deveu à política pombalina, que animou o aumento dessa escravidão, a partir da concessão de liberdade aos índios, e da valorização do trabalho agrícola.

Mas não foi só isso. Nos tabuleiros de Valença cultivavam-se, há muito, as especiarias, como a pimenta, a canela e o cravo da Índia. Desde 1707 que a Coroa havia concedido 400 réis diários ao religioso franciscano, frei João da Assunção, vindo expressamente da Ásia para cuidar da cultura da canela e da pimenta da Índia, na Bahia. Além do corte de madeiras para as construções reais, a vila desenvolveu a lavoura do arroz, tendo engenhos de serrar madeiras e pilar o cereal. Desenvolveu-se, em Valença, uma próspera atividade agrícola voltada para a exportação, enquanto entravam em decadência os antigos núcleos de Boipeba, Tinharé e Cairu.

Com a vinda de D. João VI, e a abertura dos portos, a “industrialização” iniciou-se pela área madeireira, com a implantação de serrarias, nas primeiras décadas do século XIX, e de estaleiros de construção de pequenas embarcações em Valença. Aí se implantou, também, o primeiro projeto industrial de grande porte do Estado, a “Fábrica Todos os Santos” que, a partir de 1844, mas já utilizando a força hidráulica das cachoeiras do Rio Uma. Começou a produzir tecidos. Também se iniciou o processo de colonização estrangeira.

<sup>10</sup> Como um dos troféus, sugeria que, os premiados, tivessem preferência na escolha para os postos e ofícios públicos.

O primeiro impulso para a colonização de estrangeiros, na Bahia, foi dado pelo mesmo D. João VI, então Príncipe Regente que, por 1812, começou a ter sua atenção chamada para o assunto. Na Bahia foi incumbida, pelo mesmo Regente, a empresa Busch, Peycke e Reyres para criar uma colônia que foi estabelecida, em 1818, com o nome de Leopoldina, em Vila Viçosa, na margem do rio Peruípe, formada por suíços. Esta se emancipou logo e, pelo fato de ter prosperado por ter usado braços escravos, não é considerada, por muitos autores, como um estabelecimento agrícola de colonos europeus. Mas, chegou a formar cerca de 30 fazendas de café para produção em larga escala, ao mesmo tempo que produzia farinha, também em grande quantidade. Nenhuma das outras tentativas, com exceção da colônia Leopoldina, deu certo.

Para atrair colonos dizia-se que bastava olhar as Comarcas do Sul para ver como as matas e riquíssimas terras, interpostas entre o mar e o sertão, estavam desaproveitadas, banhadas pelos rios Jequiriçá, das Contas, Itaipe, Cachoeira, Pardo, Salsa, Jequitinhonha, Prado, Mucuri. Era região muito bem vista para colonização. À margem desses rios estavam terras devolutas, com florestas de 30 a mais léguas de espessura e, no termo delas, as terras onde o algodão crescia prodigiosamente. Colhiam, até então, apenas a madeira pelo “braço ignorante”, destruindo pela metade a floresta que alimentava a construção naval e predial da Corte do Rio de Janeiro, de Salvador e mesmo de outras Províncias.

O comércio de exportação se restringia à farinha de mandioca, piaçava e algum café, um pouco de cacau e aguardente, fumo e pau-brasil. Camamu, Nova Boipeba, Valença, Ilhéus e Caravelas eram responsáveis, depois do Rio de Janeiro, por um terço da produção de café no Brasil. O mercado norte-americano tinha dobrado, em um ano, o consumo de café e animava a lavoura da região. Acabou-se optando pelo cacau, por causa dos incentivos dados pelo Império ao Sudeste.

Quanto às riquezas minerais, segundo informações de explorações feitas na região, era patente a existência de várias espécies, incluindo turfa, carvão de pedra e petróleo e minerais menos preciosos como salitre, fosfato de cal, ou mais preciosos, como diamantes. Com isso começaram a aparecer exploradores de todos os pontos da Província e de outras. Mas, o principal combustível continuava a ser o carvão ou a lenha “in natura”.

A principal devastação foi provocada pela ampliação das zonas urbanas. A mata desapareceu à medida que os núcleos urbanos começaram a se desenvolver e isso só aconteceu a partir do oitocentos. Na região, ainda caracterizada por um mundo rural, foi a lavoura, que então começou a ser extensiva, que devorou as matas, ajudada pelas poucas indústrias que se instalaram cá e lá e que provocaram, em parte, o desenvolvimento das povoações. No século XIX, as antigas vilas foram, seguidamente, elevadas à condição de cidade. O trem e os navios, ligando a rede de cidades, consumiriam mais madeiras.

Já em 1847, o Governo dizia ter dado providências para proibir o corte excessivo e o estrago das madeiras de construção das matas do Sul da Província da Bahia. Não se pensava em conservá-las para manter as matas, mas tão somente, na expectativa generalizada que se desenvolvesse a marinha mercante, “que he o primeiro auxilio do comercio”, a “nova fonte de riqueza dos povos”, e usar as madeiras, tanto na construção, quanto como combustível ou simplesmente no seu comércio.

Como se viu, as múltiplas tentativas de instalar colônias de povoamento<sup>11</sup> na região não deram certo, mas aumentavam, cada vez mais, os requerimentos para cortes de madeiras, para arrendamento das matas e mesmo para compras. Tudo isso com o fim único de devastar as matas. Em 1870, novamente, se alertava: “si não houverem providências enérgicas o esperançoso futuro das comarcas do Sul se evaporará com o calor dos incêndios e com o estrondo do machado!”

---

<sup>11</sup> Com os fracassos de instalação de imigrantes estrangeiros, a costa Sul foi povoada por retirantes cearenses e paraibanos.

Dizia-se que existiam no Sul da Província extensas matas de madeiras de construção, ainda em 1883, mas que estavam sendo impunemente devastadas pela ambição dos particulares, não obstante a proibição e sanção penal da Lei n. 601, sobre terras devolutas, de 18 de setembro de 1850 que, por causa das distâncias e falta de meios para ação mais constante, não podia ser aplicada efetivamente.

Na segunda metade desse século, adotou-se o sistema de abrir concorrência para os cortes de madeiras, sob fiscalização do Governo da Província. Por exemplo, em 1894, se abriu concorrência para o corte, extração e aproveitamento de piaçavas e madeiras das matas, conforme a Lei de orçamento vigente. Isso já tinha sido feito no ano anterior, conseguindo o Governo contratar o serviço nos Municípios de Prado, Santa Cruz, Porto Seguro, Trancoso e Mucuri. As grandes matas de madeira de lei, que o Estado possuía, então, na vasta região do Sul, estavam quase desaproveitadas e carecendo de fiscalização. A vigilância era bem difícil de ser feita, devido à extensão da área que elas abrangiam. Era difícil, também, impedir os cortes desordenados e, ao mesmo tempo, obrigar os extratores ao pagamento dos direitos devidos à Fazenda da Província. A vista disso, e dentro da Lei de 19 de agosto de 1897, a Secretaria do Tesouro fez novos contratos com diversos particulares para extração de madeiras e piaçava nas matas dos Municípios do Sul. Obrigavam-se os contratantes, além dos impostos do orçamento, ao pagamento da taxa estipulada, por quilo ou peça de madeira e, o que é mais interessante, a plantar em cada Município, nas terras do Estado, durante cada ano da duração do contrato, 200 pés de palmeira de piaçava (para cordas para navios da marinha mercante) e 200 de mangabeira ou maniçoba (para extração de borracha), e a recolher ao Tesouro a quantia fixada para o pagamento de um fiscal. Foi o grande período de proliferação da piaçaveira na região, que tomou grande parte das florestas originais. Virou praga.

Ao findar o século XIX, Luiz Viana continuava com os mesmos discursos acerca das florestas do Estado. Ao se dirigir à Assembléia Legislativa, em 1897, dizia:

... também deve merecer vossa atenção medidas tendentes a prevenir a devastação de nossas ricas florestas, condenadas ao desaparecimento, se não houver intervenção decisiva por parte dos poderes públicos; e isso não só em relação as matas de propriedade do Estado, mas também as de propriedade particular que, deixadas ao arbítrio de seus possuidores e invasores, vão desaparecendo com prejuízo incalculável para o nosso regime de águas, que tanta influencia exercem sobre a agricultura.

Apesar disso, nas primeiras décadas do século XX, Camamu, por exemplo, ainda tinha  $\frac{3}{4}$  de seu Município coberto por matas virgens. Alegava-se que se viajava léguas e léguas sem encontrar terreno cultivado, apesar de, cada vez mais se estenderem os pastos, logo após uma faixa litorânea, de plantações de coco e piaçava.

A legislação de terras, dos inícios do século XX, continha disposições a respeito da conservação das florestas, porém era necessário e indispensável colocar em prática uma série de preceitos especiais, acerca do sistema de classificação, conservação, administração, fiscalização, policiamento, repressão e processos de infrações, instituindo um método racional de aproveitamento, exploração e restauro. O Regulamento, em observação, era aquele criado pelo Decreto n. 303, de 26 de maio de 1905, autorizado pela legislação de terras da Lei n.º 580, de 20 de outubro do ano anterior, baseado no estudo peculiar das necessidades baianas, em confronto com os preceitos adotados por legislações estrangeiras congêneres. Começaram a fazer as apreensões das madeiras tiradas ilegalmente. Dependiam, no entanto, de autoridades interessadas e honestas, pois se continuava a prática de concorrência pública para exploração, com base nos termos do regulamento florestal. Não se promoveram as concorrências de 1912 e 1913, por causa da reação havida contra as garantias que o governo estava exigindo (plantação de piaçava e

mangabeira), para que a prática não continuasse a estragar as matas, mas continuavam em vigor as autorizações concedidas anteriormente nos Municípios de Olivença, Una, Valença, Itaberaba e Taperoá.

A partir da década de 1920 já se pensava no reflorestamento do Estado. Com o aumento do consumo de lenha, especialmente por causa das ferrovias, linhas de navegação marítima e fluvial e várias fábricas, o resultado foi a derrubada de matas. Havia uma convocação para os trabalhos de reflorestamento e, ao mesmo tempo, ressaltavam a conveniência de se criar hortos florestais em diversos pontos do Estado, o que podia ser feito, e mantido, cobrando-se um pequeno imposto sobre a lenha e carvão vegetal consumidos.

Na década de 1950, a Inspetoria Regional de Fomento Agrícola mantinha um Campo de Dendê com a finalidade de fomentar a sua cultura. O dendêzeiro é nativo na região, mas o seu cultivo interessava às indústrias. Do dendê se extraía o óleo, empregado em larga escala na siderurgia, quanto como azeite comestível. Esta é uma extração muito recente, pois uma série de documentos, de 1886-1887, respondendo a um questionário do Presidente da Província, mostravam quais eram os produtos, nativos e cultivados no Sul da Bahia. Nessa listagem, o dendê aparece somente em Camamu<sup>12</sup>. Alguns autores dão, vagamente, a introdução do dendê, de origem africana da Guiné, como tendo sido introduzido no Brasil, a partir do século XVI, trazido junto com os escravos. Nenhum documento antigo, no entanto, se refere a esse alimento de Ogum<sup>13</sup>. Foi outra cultura que se alastrou, ocupando o lugar da floresta.

Nas primeiras décadas do século XX o cacau já era o primeiro produto da região e começava a apresentar problemas relacionados às pragas, obrigando o governo a contratar técnicos no exterior para combatê-las. Entre 1930 e 1950, o cacau passou por crise até que, em 1958, o Governo Federal criou a CEPLAC – Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira -, com o objetivo de recuperar e racionalizar a sua lavoura, promovendo, sobretudo, pesquisas. E o cacau, subtraindo-se o fato de ter ficado adstrito aos famosos “coronéis do cacau”, era e é a lavoura que, controlada, mais mantém a Mata Atlântica.

Nesse mesmo ano, com a criação da Sociedade Anônima Ituberá Comércio e Indústria, seguida pela Esso Standard do Brasil, que montou um terminal para o abastecimento de gasolina no Sul do Estado, junto com as plantações de dendê e mamona, efetuadas no parque industrial da firma, Indústrias Reunidas Matarazzo, a cidade de Ituberá ressurgiu, reiniciando uma nova marcha de progresso. A Companhia Firestone fez grandes plantações de maniçoba no distrito de Igrapiuna, para extração da borracha. Além da ação nociva das multinacionais, já a partir da década de 1940, além dos cortes indiscriminados, as próprias serrarias ali se instalaram, exterminando, quase que completamente o remanescente da antiga floresta. À medida que as florestas iam desaparecendo as serrarias foram avançando até chegar, ao Sul, às fronteiras do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Não foi só a madeira que desapareceu. Num tempo em que a caça era praticada na região, ela era rica em pássaros, além de antas, capivaras, javalis, porcos do mato, veados, pacas, tamanduás, tatus, guaximis, juparás, cutias, colheiras róseas e azuis, garças pardas e brancas, aracuãs, pombas de varias espécies, papagaios, arapongas, tucanos, paós, sabiás e muitas outras aves, de belas plumagens. Também desapareceram.

Basta olhar o mapeamento, feito por Orlando Cruz<sup>14</sup>, da recém-batizada Costa das Baleias, no extremo-sul da Bahia. e vê-se a devastação que se fez entre 1945 e 1990. Como o

<sup>12</sup> Dizia-se que a lavoura consistia na cultura da *mandioca*, *algum cacau*, *café*, *cana de assucar*, *arroz*, *feijão e milho*, que não chegavam para o consumo. Também se cultivavam algumas espécies de frutas: “*laranja*, *aboboeira*, *fructa pão*, *do conde*, *de imbirá*, *côco da Bahia*, *dendê*, e outras *fructas*.”

<sup>13</sup> O termo *ndênde*, do *quibundo*, quer dizer simplesmente *palmeira*.

<sup>14</sup> [www.orlandocruz.com.br](http://www.orlandocruz.com.br), 16 jul. 2004. Administrador OC Designer, Itabuna/Bahia

levantamento é feito por fotogrametria aérea, não se distinguem os espécimes vegetais. Grande parte do que restou dessas culturas é formada por eucaliptos??!!

Em 1945, a mata ocupava, ainda, 85% da área, ocorrendo desmatamento nas áreas costeiras, margens e desembocaduras dos rios. O desmatamento progrediu acentuadamente a partir 1960. Daí, até 1974, começou a ser mais acentuado, com a inauguração da BR 101 e implantação dos pólos madeireiros. Nesse período, o Governo implantou o Distrito Industrial de Itabela que chegou a ter 152 serrarias. Nessa ocasião, criou-se, também, os Parques do Monte Pascoal e a Estação Ecológica Pau-Brasil. Nos anos de 1990, a floresta foi reduzida a 7% daquela de 1945. Mesmo assim, foi criado o Parque do Descobrimento em 1999. Parte desse Parque, em Prado, foi incendiado, nas vésperas do Carnaval de 2001, e o resto foi devastado pelos madeireiros e carvoarias. O Governo Federal, em 1999, desapropriou a empresa Brasil-Holanda, a Bralanda, que explorava madeira para laminados compensados para exportação. A área passou para a custódia do IBAMA, em setembro de 2000. As florestas foram aniquiladas. A devastação do Monte Pascoal, sob a guarda dos Pataxós, está 100% devastada.

Desde 1988, a Constituição Federal declarou a Mata Atlântica patrimônio nacional e, em 1993, definiu, através do Decreto nº 750, o domínio da Mata Atlântica e a proteção dos remanescentes florestais e matas em regeneração. Devendo o Decreto ser transformado em Lei Complementar, até o presente, isso não se ultimou, porque grande parte dela foi vetada pelo Presidente da República, em 2006. Com isso, cada Estado cuida de seu espaço. Ainda em 1993, a UNESCO a reconheceu como Reserva da Biosfera. O que restou disso? Apenas umas ridículas APAS (Áreas de Preservação Ambiental) e APS (Áreas Prioritárias), constantemente “atacadas”. E a Agenda 21?

Não resta dúvida que foram criados inúmeros programas, e até prêmios, de preservação do quase nada que restou da Mata Atlântica, mas todas são ações descoordenadas e não se conhece, exatamente, quantas são, o que fazem, quais são os seus objetivos, se são particulares ou oficiais. Enquanto isso, as serras e o fogo continuam a devastar a Mata Atlântica.

A partir de 2001, sob influência do Forest Stewardship Council, se implantou no Brasil um grupo de trabalho para estabelecer padrões para a Mata Atlântica e várias iniciativas têm sido tomadas para o uso do selo FSC em produtos florestais não madeireiros da Mata Atlântica. Esse programa tem visto a erva mate, palmito e a piaçava como geradoras de empregos e como forma de recuperar áreas degradadas. A piaçava está adstrita ao Sul da Bahia. Basta uma simples pergunta. Como ela pode recuperar a região, por exemplo, se cordas, escovas, vassouras, cada vez mais, são feitas com fios de plástico de reciclagem das garrafas pet? Por que não o cacau que exige, como já foi dito, inclusive, a manutenção da Mata Atlântica?

Sabe-se muito bem que essas iniciativas não são, na realidade, efetivas. Tudo fica no discurso e no papel. E, não é só isso, o turismo, chamado *ecológico*, está se tornando um complemento de devastação do pouco que restou da Mata Atlântica<sup>15</sup>.

A Mata Atlântica equivalia, antes de 1950, a 1/3 da Mata Amazônica, e foi devastada em 45 anos ... E não foram os portugueses ...

## REFERÊNCIAS

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA a El Rei D. Manuel escrita na Ilha de Vera Cruz em 1º de maio de 1500. Bahia: Policarbonatos, Nitrocarbonatos, Proppet e Engpack, 2001.

FERNANDES, Thais, *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 8 nov. 2000.

GERBI, Antonello. *O novo mundo; história de uma polêmica, 1750-1900*. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>15</sup> Contraditoriamente, o Rio de Janeiro e São Paulo têm as maiores áreas conservadas.

LISBOA, Baltezar da Silva. Extrato da Informação de Baltezar da Silva Lisboa, Ouvidor da Comarca: dada em 18 de Dezembro de 1813. AHU. Ms. Cópia existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ms. 19, 8fl.

MEMORIA sobre a comarca de São Jorge de Ilhéus, Bahia, pelo Dr. Baltezar da Silva Lisboa, Ouvidor daquela Comarca. Cairú, 20 de março de 1799. *Anais da Biblioteca Nacional*. Catalogo dos documentos sobre a Bahia constantes na Biblioteca nacional, v. 68, doc. 664.

MENSAGEM apresentada a Assembléa Geral Legislativa pelo exm. sr. dr. Luiz Vianna governador da Bahia em 15 de março de 1900. Bahia: Typ. do Correio de Notícias, 1900.

OBSERVAÇÕES sobre o plano feito para a conservação das matas da Capitania da Bahia. Lisboa, 24 de julho de 1799. *Anais da Biblioteca Nacional*. Catalogo dos documentos sobre a Bahia constantes na Biblioteca Nacional, v. 68, doc. 672.

PLANO estabelecendo um Regimento para o corte das madeiras de construção de Pernambuco e Bahia, mandado executar pela Carta Régia de 12 de julho de 1799. *Anais da Biblioteca Nacional*. Catalogo dos documentos sobre a Bahia constantes na Biblioteca Nacional, v. 68, doc. 676.

RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Pref. de Berenice Cavalcante. Rio de Janeiro/ Arquivo Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.